

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 4.384, de 2020)

Acrescentem-se os seguintes parágrafos primeiro e segundo ao art. 1º-A, previsto no Projeto de Lei nº 4384, de 2020:

“Art. 1º-A.....

.....  
§ 1º No caso de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que prestam atendimento à pessoa idosa, a criança e adolescente, por meio de credenciamento realizado junto ao Sistema Único de Saúde (SUS) a suspensão referida pelo caput perdurará até 12 meses após o término do estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, causado pela pandemia da Covid-19.

§ 2º A previsão contida no parágrafo anterior aplica-se, inclusive, nos Municípios em que a saúde é operada em gestão plena, tendo em vista o disposto pelo art. 23, II da Constituição Federal e arts. 11 e 25 da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008 e promulgada pelo Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009.

**JUSTIFICAÇÃO**

Em função do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, causado pela pandemia da Covid-19, foi sancionada a Lei Federal n. 13.992, de 22 de abril de 2020. Esta norma previu, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A presente emenda estende os benefícios desta proposta as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que prestam serviços de atendimento a pessoa idosa, e a criança e adolescente.



Atualmente existem inúmeras instituições que prestam esses serviços a esses grupos vulneráveis e que precisam dos benefícios que ora é apresentado.

Com esses fundamentos peço apoio dos nobres pares para a aprovação da referida emenda.

Sala da Comissão,

Senadora ROSE DE FREITAS



SF/20601.50306-97